

CLARA TORRES RIBEIRO

*Cátia Antônia da Silva, Luís Cesar Peruci do Amaral*

A proposta de trabalho em torno do tema "Cultura Urbana e Centralidade Popular em Ana Clara Torres Ribeiro" resulta de reflexões construídas no âmbito do Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO), coordenado pela própria Professora Ana Clara entre 1996 e 2011, ano de seu falecimento. Nesta atividade proposta em formato de Sessão Livre, durante a XV ENAMPUR, pesquisadores e membros do LASTRO retomam o debate de questões construídas ao longo de anos de pesquisas, orientadas pela Professora, e frutificadas nas reflexões de alguns dos pesquisadores-membros do grupo de pesquisa LASTRO, aqui presentes. São reflexões alicerçadas nos seguintes projetos desenvolvidos pelo Laboratório e de autoria de Ana Clara: "Cartografia da ação e análise de conjuntura: reivindicações e protestos em contextos metropolitanos", "Vínculo social: cartografia da ação em contextos metropolitanos", "Territórios da Juventude: experiências em cartografia da ação (São Gonçalo, RJ)" e "A centralidade popular: cultura e apropriação no centro histórico do Rio de Janeiro".

Assim, no que se refere à problemática da centralidade popular na Metrópole do Rio de Janeiro, Ana Clara Torres Ribeiro cria conceitos, organiza informações originais e propõe metodologias e técnicas de pesquisa em direção à defesa de intervenções urbanas que democratizem o acesso à área central da Cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, esta proposição se direciona à busca de uma episteme humanista concreta que possa enfrentar os processos sociais dominantes, que lidam a partir de Ana Clara, referem-se ao agravamento da crise societária, com a ampliação da violência, da indiferença e do medo; à aceleração do processo de modernização que transforma e rompe o cotidiano coletivo; à tendência a redução de trocas interclassistas e ao acaso de espaços que permitem a negociação de interesses entre diferentes segmentos da população urbana; à redução da eficácia de instrumentos jurídicos e urbanísticos, relacionados ao ideário da reforma urbana, quando desarticulados de projetos abrangentes de integração social; e à multiplicação de diversidade de protestos, conflitos e reivindicações urbanas que permanecem sem resposta do poder público.

Esta, episteme, proposta por Ana Clara, dialoga com o campo que intenciona as trocas de saberes, o reconhecimento das formas criativas das iniciativas populares, e o uso socialmente útil do espaço público, viabilizando a possibilidade da produção coletiva.

Em sua percepção, é um desafio contemporâneo compreender a relação entre o pensamento das formas e agentes dominantes, hegemônicos, e das formas de resistências das bases populares, que reinventam e reconstróem relações presentificadas no cotidiano do Centro Histórico do Rio de Janeiro, onde se desdobram fenômenos relacionados a transformações ocorridas na estrutura da cidade e à função desempenhada pelo Centro Histórico. Tais fenômenos, indutores de processos de fragmentação espacial, dispersão de política e recursos públicos, aumento das desigualdades e de tensões sociais, como nos aponta Ana Clara Torres Ribeiro, relacionam-se ao esvaziamento relativo do Centro Histórico; à criação de novas centralidades pautadas em grandes investimentos privados; às transformações mais amplas na estrutura social e cultura urbana; à implementação de projetos de revitalização urbana que não estabelecem nexos positivos com a economia popular e usos tradicionais da área central; à ampliação e amplitude dos investimentos historicamente realizados no centro da cidade; e à existência de uma permanente luta pela apropriação popular do centro histórico.

Em suas palavras:

“(…) o Centro Histórico abriga uma disputa surda de sentidos da experiência urbana. Esta disputa acontece entre radicalmente desiguais e através do acionamento de um amplo leque de meios de poder, que incluem desde a manipulação da imagem dominante da cidade – e, portanto, do recurso a meios que geram violência simbólica (...) – até a falta de acesso a informações indispensáveis às táticas de sobrevivência das classes populares.” (Projeto A centralidade popular: cultura e apropriação no centro histórico do Rio de Janeiro).

Nesta direção, reconhecemos o Centro Histórico, como proposto por Ana Clara e Alain Touraine, como lugar da historicidade dotado de acervos institucionais; memórias populares; investimentos em infraestrutura, em arquitetura e arte; aprendizados práticos; modelos cognitivos; condensações de valores culturais e cristalizações de capital simbólico e, por isso mesmo, o lugar da disputa.

Esta proposição dialoga com a compreensão da totalidade da metrópole. O Centro do Rio de Janeiro cumpre um papel metropolitano que traz o debate da relação entre a centralidade histórica e as produções da periferia.

As centralidades populares, neste sentido, remetem as múltiplas formas de apropriações possíveis dos sujeitos metropolitanos, mas reconhece, também, as fronteiras invisíveis, os imaginários urbanos e a busca pelas insurgências. A presente proposta de sessão livre, neste sentido, busca aprofundar o debate das formas de apropriação urbana pelos homens lentos da metrópole tendo como referência as formas de dominação, de lutas e de insurgências. Conceitos como sujeito corporificado, mercado socialmente necessário, território usado têm possibilitado caminhos possíveis para a compreensão das formas de apropriação urbana e das experiências coletivas.

É neste contexto que a Sessão Livre denominada “Cultura urbana e centralidade popular em Ana Clara Torres Ribeiro” é proposta a partir uma rápida provocação da sua coordenadora, Cátia Antonia da Silva, que trabalha o confronto de perspectivas entre centralidades dominantes e populares, lidas na metrópole como totalidade.

**Palavras-chave:** Cultura Urbana; Centralidade Popular; Cartografia da Ação; Ação Social; Resistência Social

## CULTURA URBANA E CENTRALIDADE POPULAR: RESISTÊNCIAS E RUPTURAS NO CENTRO HISTÓRICO DO RIO DE JANEIRO

*Luís César Peruci do Amara, Débora Santana de Oliveira*

### **Resumo**

Este ensaio aborda uma breve discussão a respeito de processos que compreendem a produção do espaço urbano na atualidade, enfocando o confronto simbólico como estruturador de territorialidades, e lido a partir do estudo de agentes e processos modernizadores atuantes no Centro Histórico do Rio de Janeiro. Tal processo permite reconhecer tensões e tendências decorrentes das muitas formas de resistência popular. Nesta direção, o caráter modernizador-transformador hegemônico de nossa modernização inconclusa condensa estratégias de desenvolvimento que não consideram a produção da cidade como construção de totalidade, quais sejam de inclusão e pertencimento das camadas populares da sociedade. Assim, as tensões permanentes entre hegemonias e contra-hegemonias são construídas no cotidiano e abrigam formas sociais e físicas de resistência. Por fim, salientamos que tal movimento tende a fragmentar o espaço social provocando o surgimento ou o deslocamento do que denominamos microcentralidades.

**Palavras-chave:** Modernização, centro histórico, centralidade, resistência popular, cotidiano.

## O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO PAULO E “A DISPUTA SURDA DE SENTIDOS DA EXPERIÊNCIA URBANA”.

*Raquel de Pádua Pereira*

### **Resumo**

A proposta de participação na sessão livre pretende, resumidamente, reascender o debate à luz dos principais conceitos e metodologias propostos por Ana Clara Torres Ribeiro para pensar a cultura urbana e a centralidade popular. A contribuição mira a conjuntura atual do centro histórico de São Paulo, onde diversas manifestações político-culturais propuseram novas formas de apropriação dos espaços e usos das áreas centrais através de intervenções urbanas, nos últimos dois anos, com destaque na sociedade e na mídia. Estas intervenções disputam as áreas centrais com o poder do estado e o capital privado, que por sua vez organizam projetos de renovação urbana e investimentos em infra-estrutura que normatizam os espaços, como é o caso da recém reformada Praça Roosevelt. Nesta localidade coexistem, além da comunidade e dos comerciantes em geral, grupos de teatro, casas de show, bares, skatistas, grafiteiros; recentemente, ocorreram manifestações políticas, proibidas pelo governo, mas que atraíram mais de vinte mil pessoas, consagrando a praça como local de protesto e ponto de encontro de outros movimentos pró ocupação do centro. Observa-se, no bojo de tais insurgências, conflitos relacionados ao que Ana Clara chamava de “disputa surda de sentidos da experiência urbana entre atores radicalmente desiguais, entremeados por um amplo leque de meios de poder, onde a imagem dominante da cidade é largamente manipulada”. Através da leitura de distintos projetos de cidade correspondentes aos grupos sociais relacionados à estas disputas, é possível apreender a densidade de tensões que problematizam os vínculos sociais e a urbanidade dos centros das grandes cidades.

**Palavras-chave:** Centro Histórico, Cultura Popular, Ação Popular

3º Trabalho

## A SENSIBILIDADE TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ANA CLARA TORRES RIBEIRO: EM BUSCA DA CONSOLIDAÇÃO DE UMA EPISTEME DIALÓGICA E CRIATIVA

*Anita Loureiro de Oliveira*

### **Resumo**

Uma homenagem que nos parece importante fazer a Ana Clara Torres Ribeiro diz respeito à consolidação de uma episteme dialógica, sensível e criativa. Tal episteme vem sendo experimentada em projetos acadêmicos e em práticas pedagógicas e de pesquisa social que buscam ter um olhar sensível para o outro. Este gesto de valorização do Outro, não apenas era experimentado no cotidiano da referida professora, como constituía parte significativa de sua proposta de teórico-metodológica. Com base em um diálogo construído por Ana Clara

com Milton Santos (1994; 1997; 2007), Jean-Paul Sartre (1967), Henri Lefébvre (1974, 1976, 1987, 2001a; 2001b), Michel de Certeau (2003), entre outros autores, buscamos nesta proposta de comunicação reconhecer a importância desta pesquisadora-maestra, no desenvolvimento de uma base teórico-metodológica que tem se mostrado bastante fértil à formação e prática docente, na geografia e no planejamento urbano. Trata-se de uma busca por consolidar ferramentas fundamentais à elaboração de projetos voltados ao desvendamento de relações sociedade-espço conduzidas por racionalidades alternativas. Em suas aulas e palestras, Ana Clara ressaltava a necessidade de se consolidar uma nova episteme para o reconhecimento da complexidade e diversidade da vida urbana atual; não somente pelo fato da ordem hegemônica não ser uma ordem total, mas também pela limitação do modelo mecanicista de leitura da sociedade. Dizia ainda da necessidade de se ter uma imaginação analítica mais ampla, no que diz respeito a teorias e métodos, para a realização de uma reflexão crítica e consistente sobre as alternativas existentes à racionalidade dominante.

**Palavras-chave:** Nova Episteme; Vida Urbana; Cotidiano; Racionalidade Dominante.

## MOVIMENTOS SOCIAIS E CENTRALIDADE POPULAR: EM BUSCA DA EXPERIÊNCIA POPULAR

*Carmen Verônica dos Santos Castro, Vinícius Carvalho Lima*

### **Resumo**

Esta proposta pretende resgatar, no pensamento de Ana Clara Torres Ribeiro, os nexos estabelecidos entre o estudo/pesquisa da ação social e a formulação de intervenções que permitam o enfrentamento da exclusão social e cultural e da violência simbólica sofridas pelas classes populares. Neste sentido, procuramos recuperar investimentos realizados na criação de conceitos (como “crise societária”; “cartografia da ação”; “microconjuntura urbana”; “vínculo social”; “sujeito corporificado”; dentre outros) e na organização de informações originais e na proposição de técnicas de pesquisa (Ribeiro, 2006-2011; LASTRO – 1996-2011). Nosso objetivo é pensar, a partir de suas reflexões, as respostas populares via movimentos sociais às desigualdades sociais urbanas que atingem diferentes facetas da reprodução social, amplificando a violência, a indiferença e o medo. Pensar, também, as implicações da articulação entre intervenções urbanas e políticas culturais como relevante diretriz da gestão urbana; a redução da eficácia dos instrumentos jurídicos e urbanísticos quando desarticulados de projetos abrangentes de integração social e a tendência à redução das trocas interclassistas com o enfraquecimento de espaços que permitam a negociação de interesses entre diferentes segmentos da população urbana. Nos interessa, sobretudo, analisar a multiplicação e diversidade de protestos, conflitos e reivindicações urbanas populares, que são responsáveis muitas vezes pela presença do praticante popular do espaço, em seus níveis de mobilização e radicalidade, que permanecem sem resposta do poder público. Qual o lugar daqueles que questionam a ordem segregatória vigente no espaço urbano? E, como o popular é ressignificado nas experiências dos movimentos sociais?

**Palavras-chave:** Ação Social; Movimentos Sociais; Exclusão Urbana; Violência Simbólica; Intervenções Urbanas; Política Cultural.

# COMÉRCIO POPULAR E CULTURA URBANA: O “MERCADO SOCIALMENTE NECESSÁRIO”

*Beatriz Silveira Castro Filgueiras*

## **Resumo**

Nesta sessão, que resgata a potência analítica e reflexiva do pensamento da Ana Clara, exploramos um dos desdobramentos possíveis do projeto “Cultura urbana e a centralidade popular”; a saber, as relações vibrantes entre o comércio popular e a cidade, defendendo a relevância dos lugares de mercado e das distintas modalidades de comércio popular como um importante ponto de referência sociológico para a compreensão das práticas urbanas e das presenças populares na cidade. Relações enunciadas em sua potência em expressões como o “Oriente negado” e o “mercado socialmente necessário”, através das quais Ana Clara postulava - para o enfrentamento da crise societária, da mercantilização da vida e da desestabilização dos vínculos de urbanidade - a necessidade de compreensão e valorização de outras dimensões das trocas econômicas: o encontro e a co-presença, as trocas simbólicas e a tessitura de vínculos sociais. Disputando a concepção hegemônica de mercado “como a única versão possível das trocas econômicas”, trata-se da valorização dos elos históricos entre comércio e sociabilidade que incentivam a vida espontânea dos lugares, de modo a possibilitar o descobrimento e a reafirmação de formas urbanas mais inclusivas; práticas e modalidades de comércio nas quais a negociação - em oposição ao puro negócio - podem ainda ter lugar. Negociação que, entendida em sentido amplo, não se restringe ao ato de comerciar e inclui, em sua tessitura, a negociação entre modos de vida e usos do espaço (e suas distintas temporalidades), negociando-se, muitas vezes, o direito de estar na cidade e de ter nela lugar.

**Palavras-chave:** Crise Societária; Mercantilização da Vida; Cotidiano; Vínculo Social; Mercado; Vida Coletiva